

AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA NA EXECUÇÃO E CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE.

Suyane Cristina Ferreira Pinho ¹
Adriana Santa Rosa Teixeira Ribeiro ²
Maria Helena de Oliveira Costa ³

RESUMO

O presente estudo pretende analisar o impacto do Programa Formação pela Escola na execução e desenvolvimento da gestão do PDDE por parte dos gestores, professores/cursistas. Dessa forma, utilizou-se como metodologia o estudo de caso de base qualitativa, observando os aspectos internos e externos da realidade estudada dentro de um contexto cultural amplo. Como instrumentos de pesquisa adotou-se ainda a observação participante, entrevistas, conversas informais, análise documental e aplicação de questionários. Participaram do processo de pesquisa trinta cursistas/gestores da Rede Municipal de Ensino de Alagoinhas, Bahia, participantes do Programa Formação pela Escola. Como produto final da pesquisa percebeu-se que o Programa Formação pela Escola, possibilita aos cursistas/gestores uma visão ampla e sistemática de como deve ser a execução dos recursos e programas partes do PDDE, e ainda, reforça o papel fundamental da Formação Continuada à Distância nas Ações do FNDE Formação pela Escola na efetiva democratização da gestão e transparência na administração pública.

Palavras-chave: Formação pela Escola, PDDE, Gestão.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma discussão sobre o impacto do curso Programa Formação pela Escolar, ofertado pelo Ministério da Educação (MEC), tendo um olhar específico sob o módulo PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), no que se refere ao controle social e aplicação dos recursos públicos pelos cursistas/gestores escolares.

O Programa Formação pela Escola (FPE) é um programa de formação continuada, na modalidade à distância administrado pelo FNDE, autarquia do MEC, que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE.

¹Mestre em Ciências da Educação, pela Universidad Interamericana – Assunson Paraguai, Coordenadora Municipal do Programa Dinheiro Direto na Escola, suyocris@gmail.com.

²Especialista em Gestão Escolar, pela UNIHANA, tutora do Programa Formação Pela Escola, drika.sr@hotmail.com;

³Licenciada em Letras com Inglês, especialista em Metodologia do Estudo da Língua Portuguesa e Literaturas e tutora e multiplicadora Estadual do Programa Formação Pela Escola, maria.costa5@educacao.ba.gov.br;

Esta formação é destinada principalmente aos cidadãos que atuam de alguma forma no segmento educação, porém qualquer pessoa que tenha interesse em conhecer as ações e políticas públicas/programas do FNDE podem se inscrever nos cursos oferecidos quais sejam: Programas do Transporte do Escolar(PTE); Controle Social para Conselheiros (CSC); Programa da Alimentação Escolar(PNAE); Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica(FUNDEB); Programas do Livro(PLI); Competências Básicas(CB); Censo Escolar; Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Educação(SIOPE) e Programa Dinheiro Direto na Escola(PDDE), este último será nosso foco de estudo e pesquisa junto aos cursistas/gestores escolares.

O objetivo deste trabalho foi analisar o impacto do Programa Formação pela Escola na execução e desenvolvimento da gestão do PDDE. Toda essa análise possibilitou reflexões sobre as atividades desenvolvidas durante a formação e como estas se refletem na atuação dos gestores/cursistas durante o desenvolvimento da gestão dos programas inseridos no PDDE.

Como Coordenadora Estadual e Municipal do Programa Dinheiro Direto na Escola e enquanto tutora do Programa Formação pela Escola, foi possível perceber as dificuldades enfrentadas pelos gestores/cursistas na execução do PDDE, condição necessária para possibilitar o bom andamento das atividades nas Unidades Escolares, este foi o principal pilar das angústias e reflexões geradoras do problema de estudo desta pesquisa que fez surgir a seguinte indagação: Quais os impactos do Programa Formação pela Escola na execução do PDDE?

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um programa por meio do qual o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destina recursos em caráter suplementar para as Unidades Escolares, ele colabora para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos de ensino de modo a concorrer para a garantia de seu funcionamento. Ele engloba várias ações (PDE Escola, Novo Mais Educação, Escola Aberta, Escola no Campo, Água na Escola, Escola Acessível) e tem o propósito de contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública, nos aspectos pedagógicos e de infraestrutura.

METODOLOGIA

Para a elucidação da problemática deste trabalho, utilizou-se como metodologia o estudo de caso de base qualitativa, o qual nos permitiu uma reflexão sobre o grupo estudado em sua totalidade, observando os aspectos internos e externos da realidade estudada dentro de

um contexto cultural amplo. Buscou-se conhecer os “como” e os “porquês”, do processo democrático necessário para a execução do PDDE.

Como instrumentos de pesquisa adotou-se a observação participante, entrevistas, conversas informais, análise documental e aplicação de questionários.

Optou-se por entrevistar trinta cursistas/gestores da Rede Municipal de Ensino de Alagoinhas-Bahia, participantes do Programa Formação pela Escola. Com o intuito de elucidar a questão investigada, adotou-se as seguintes linhas de pesquisas, a saber: compreender a estrutura do Programa Formação pela Escola; identificar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos cursistas/gestores no desenvolvimento e execução das ações inseridas no PDDE.

DESENVOLVIMENTO

O Processo de redemocratização do País, nos anos 80, impulsionou a política de descentralização do financiamento à educação. Nesse sentido, a regulamentação das Leis Educacionais “propiciou às escolas o recebimento, a gestão e a fiscalização de recursos públicos” (BRASIL, 2013), através do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), que posteriormente passou a ser denominado Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Conforme consta no Módulo Programa Dinheiro Direto na Escola, do curso Formação pela Escola:

“PDDE é um programa do FNDE que consiste na destinação anual de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas de educação básica, às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos e, recentemente, aos polos de apoio presencial da UAB que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.(MEC, 2012, p. 15)

Este programa tem como propósito oferecer apoio técnico, operacional e financeiro às escolas com transparência, impulsionando a política da autogestão, baseado nos princípios da administração pública, a saber, descentralização, gestão democrática e planejamento participativo.

A gestão democrática no ensino público garantida na Carta Magna de 1988. Apresenta no bojo de seu discurso político-educacional meios e métodos que busca a desburocratização

da gestão educacional, propondo uma redefinição do papel do Estado, favorecendo com isso o incentivo a autonomia participativa e a gestão democrática passa a ser assim considerada:

A gestão democrática restabelece o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública, introduzindo a eleição de dirigentes escolares e os conselhos escolares, garante a liberdade de expressão, de pensamento, de criação e de organização coletiva na escola (BASTOS, 2005, p.7-8).

Esse movimento de descentralização, que se constitui por natureza num processo democrático é de fundamental importância para o fortalecimento da gestão escolar.

O processo de descentralização de recursos é uma política importante para efetivação da gestão democrática, transparência e autogestão. O Programa Dinheiro Direto na Escola favorece o desenvolvimento de ações baseadas nas necessidades reais da escola e promove espaços para o exercício da cidadania ativa e da autonomia, quando constitui um Colegiado Escolar, eleito democraticamente.

Nesse sentido, para que a escola receba o recurso do PDDE, é necessário que a mesma constitua uma Unidade Executora Própria (UEX), seguindo os cinco passos recomendados pelo FNDE: motivação da comunidade, convocação de uma assembleia geral, registro da UEX, Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e abertura da conta bancária.

Dentre os cinco passos, destaca-se a Assembléia Geral como ponto crucial para a criação da UEX, dentro dos objetivos e valores do Programa (transparência, descentralização, planejamento participativo), no efetivo exercício da cidadania.

Nessa perspectiva, pode-se fazer um paralelo com a administração do PDDE pela Unidade Executora, que deve ser gerenciada com planejamento participativo e transparência, visando o controle social. Assim exige a criação do Colegiado Escolar escolhidos em Assembleia, representado paritariamente pela comunidade escolar.

O Conselho de Escola, com a participação de pais, professores, alunos, membros da comunidade, é o órgão mais importante de uma escola autônoma. Ele deve deliberar sobre a organização do trabalho na escola, sobre todo o seu funcionamento [...] (GADOTTI, 2006, p. 49).

Aos Conselhos cabe à missão de fiscalizar a execução das políticas públicas, tem o poder para aprovar ou reprovar as prestações de contas, visto que este colegiado possui características,

[...] deliberativa, consultiva, normativa e fiscalizadora [...] Quanto às atribuições fundamentais: [...] constituição de comissões especiais para estudos de assuntos relacionados aos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros da escola (CISESKI; ROMÃO apud GADOTTI 2002, p. 68).

O Conselho é o órgão colegiado que fomenta a gestão democrática da educação, permitindo a divisão social do trabalho e possibilitando transparência e socialização na destinação dos recursos financeiros

A falta de atuação efetiva do conselho pode propiciar uma ingerência nos recursos público prejudicando a transparência da gestão, pois o controle social é antes de tudo, a melhor forma de acompanhamento da execução dos recursos públicos. Cabe aos conselhos fiscalizar se os recursos públicos estão sendo aplicados de forma correta. Para isso, é preciso que este colegiado seja atuante e conte com a participação efetiva da comunidade escolar.

A Administração Pública se movimenta dentro de um conjunto de normas e princípios, chamado de direito administrativo, que, ao mesmo tempo em que concede privilégios e prerrogativas, impõem limites e restrições não existentes para os particulares.

A transparência na prestação de conta dos recursos financeiros no âmbito da educação, como também nos outros, deve ser prioridade no processo democrático e participativo, uma vez que esta resultará na melhoria da infraestrutura física e pedagógica que refletirá na qualidade da educação ofertada. Infelizmente o que a gente vê muitas vezes, é que os representantes responsáveis pela prestação de contas, assinam papéis mesmo sabendo que o que estão assinando, contribuem com as irregularidades nos recursos públicos.

Tais atitudes mostram a falta de acompanhamento do conselho que tem como papel de fiscalizar, monitorar e controlar as ações da administração pública.

Desta forma se torna necessário o fortalecimento dos conselhos para que eles atuem como determina a lei, para tanto é preciso capacitação para o empoderamento do conhecimento, assim não teremos conselhos de “faz de conta”, teremos conselhos atuantes, seguros do seu papel social, prontos para cumprir o que assegura as leis.

É preciso que a comunidade escolar e local se envolva no processo educativo, pois elas são passivas e desconhecem montantes dos recursos e o destino dele.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vale salientar que a pesquisa é um processo sério e enriquecedor, desta forma, agiu-se com o mais absoluto sigilo acerca da identidade dos entrevistados e, com a devida cautela

acadêmica foram analisados os dados coletados, preservando assim o espaço para o exercício fundamental e necessário da ética na pesquisa.

A pesquisa ao destacar os cursistas/gestores participantes do curso Formação pela Escola define um caso de estudo. Este caso apresenta-se delineado nos trinta cursistas/gestores da Rede* Municipal de Ensino de Alagoinha-Bahia.

No quadro 1 apresentamos o perfil dos colaboradores da pesquisa.

Quadro 1 - Dados dos cursistas entrevistados

Sexo	
Masculino	5
Feminino	25
Faixa etária	
25 a 30	05
30 a 35	05
35 a 40	05
40 a 45	10
45 a 50	05
Nível de Instrução	
Especialização	10
Nível superior	20
Formação	
Pedagogia	20
História	05
Biologia	05

Fonte: Entrevista com os cursistas do Programa de Formação Continuada à Distância nas Ações do FNDE – Formação pela Escola, 2017/2018.

A maioria dos participantes da pesquisa foi do sexo feminino e a idade predominante foi de 40 a 45 anos. Todos participantes possuíam curso superior completo com predominância em pedagogia, alguns com especialização.

De acordo com a CF, art.1º, parágrafo único: “Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, por representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição”. (BRASIL, 1988). Alicerçado neste princípio, a cada dia a democracia vem se consolidando e sendo ampliada, desencadeando diferentes mecanismos de participação da comunidade na gestão das políticas públicas e provocando um número cada vez maior de organizações da sociedade civil no controle social sobre a gestão dos recursos públicos.

Durante todo o curso Formação pela Escola, a sua fundamentação teórica deixa evidente a que para gerir os programas do FNDE e para a gestão e execução do PDDE é preciso o envolvimento da comunidade escolar e local, mediante a gestão democrática da

educação por meio da efetiva participação dos conselhos escolares. No módulo temático sobre o PDDE, o cursista recebe o caderno de estudo e o caderno de atividades, que trazem informações, e orientações sobre o programa.

O material impresso traz modelos de demonstrativos de receitas e despesas, formulários, editais fluxogramas, tabelas de cálculo dos valores dos recursos e exemplos de cálculos dos recursos, diagrama de habilitação/adesão e prestação de contas destes recursos; orientações sobre bens e serviços adquiridos, utilização de recursos, reprogramação de saldo.

- **Avaliação do impacto do Programa Formação pela Escola na execução do PDDE**

Ao analisar os dados percebemos que todos os participantes responderam a todas as perguntas dos questionários, 30% deram respostas superficiais e não muito objetivas, enquanto que 70% responderam com maior segurança e objetividade.

Ao serem questionados se o do Programa Formação pela Escola contribuiu para a melhoria da gestão e execução do PDDE obteve-se os seguintes posicionamentos:

“Conhecer os programas, pois achava que cada programa era único, individual. Compreendi que cada programa faz parte da plataforma do PDDE”.

“Contribuindo na efetividade social, fortalecendo a atuação dos programas e agentes envolvidos, aprimora a realização de atividades pedagógicas inovadoras, beneficiando na infraestrutura das unidades escolares.”

“Contribuiu no sentido de ter mais segurança para administrar os recursos, pois ao termos o conhecimento adequado de cada recurso poderemos alocar corretamente cada um deles.”

“Possibilitaram a compreensão da atuação do governo na área da educação por meio das políticas públicas educacionais, buscando consolidar a democracia. Aprofundamos sobre diversos programas o que possibilitou adquirir habilidades para acompanhar os mesmos, como deve ser e onde deve ser empregado.”

“Contribuiu para a gestão dos programas do PDDE, pois compreendendo como funciona os programas melhor se faz a gestão dos recursos de forma mais consciente e com maior responsabilidade para desempenhar as nossas ações.”

Pelos relatos acima pode-se perceber que os cursistas/gestores consideram que o Formação pela Escola contribuiu para que estes compreendessem o que é e como se dá a execução dos programas na plataforma do PDDE.

Entretanto durante a observação participantes, pode-se verificar que o curso possibilitou o conhecimento teórico da organização e funcionamento do PDDE, porém a prática destes cursistas/gestores pouco mudou com relação a aplicação das orientações contidas nos módulos do curso.

Tal afirmação, se confirma quando os cursistas/gestores ao serem questionados sobre a maneira como ele efetiva o acompanhamento dos programas do PDDE, as respostas são as seguintes:

“Sempre acompanho os programas pelo portal do MEC e através do PDDE interativo e quando nossa escola é contemplada abraçamos o programa com o objetivo de melhorar a qualidade da educação na unidade”.

“Acompanhando os recursos financeiros de todos os programas do FNDE destinados a melhoria da educação e aplicando nas compras de materiais necessários para garantir a qualidade do ensino sempre em parceria com o colegiado escolar e comunidade”.

“ De maneira ativa, pois faço parte da diretoria desde quando o programa foi instituído na escola. Acompanho, divulgo, coordeno e faço a gerência de acordo com as tomadas de decisão da comunidade.”

“Através dos cursos e das reuniões frente a unidade escolar.”

“ Participando da gestão da escola, acompanhando as ações dos envolvidos no processo, pesquisando, participando das reuniões, etc.”

Percebe-se que em momento algum eles se referem ao Conselho Escolar e a Gestão Democrática da educação, já que o curso propõem que o acompanhamento e a execução dos recursos seja mediante o órgão colegiado possibilitando a transparência e a descentralização da gestão pública. O que não aparece nas falas dos cursistas/gestores, os mesmos continuam a gerir os recursos individualmente e os colegiados apenas assinam as atas sem de fato participarem ativamente do processo.

Tal situação fica evidente ao serem questionados como o Formação pela Escola contribuiu para o controle e o monitoramento dos programas do PDDE, vejam as respostas:

“Esse controle e monitoramento já fazia parte da minha rotina e experiência com o programa PDDE.”

“O controle e monitoramento dos programas do PDDE contribui para o acompanhamento e fiscalização das ações no que se refere às finanças e programas custeados pelo FUNDEB. Tem uma atuação de fiscalização dos recursos do fundo para garantir o uso adequado das verbas, atentando para as normas e exigências legais

do FNDE bem como denunciar irregularidades ao Ministério Público caso a Secretaria não siga as orientações apontadas e estabeleça suas ações de forma irregular.”

“Controle e monitoramento permite a participação da sociedade no acompanhamento e na verificação da execução das políticas públicas, avaliando objetivos, processos e resultados. “Portanto, quando você acompanha a execução das ações e programas do governo, está efetuando o controle social.”

“O FPE contribuiu no sentido das socializações e conhecer melhor os programas existentes na nossa escola, bem como nas compras dos materiais didáticos e prestação de contas.”

“ Sabemos que nós, sociedade, que devemos fiscalizar as ações destes programas devemos procurar estar informados de tudo sobre estes.”

“De maneira simplificada, através da ação de fiscalização, monitoramento e da execução dos serviços prestados pelo programa.”

Percebe-se que o Formação pela Escola contribuiu para que os cursistas/gestores tivessem conhecimento do funcionamento burocrático dos programas integrantes do PDDE, entretanto para que a mudança de fato venha ocorrer faz-se, compreender o princípio da cidadania e o caráter democrático da gestão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou o impacto do Programa Formação pela Escola na execução e desenvolvimento da gestão do PDDE. Toda essa análise possibilitou reflexões sobre as atividades desenvolvidas durante o Programa de Formação pela Escola suas implicações para a gestão escolar, na Rede Municipal de Ensino de Alagoinhas. Em vista disso, fez-se necessário, também, explicitar os princípios e fundamentos da gestão democrática; analisar a gestão financeira do PDDE; o papel dos conselhos escolares neste cenário e, ainda, diagnosticar consequências, possibilidades e dificuldades na execução.

Neste sentido, pode-se considerar, ao findar deste estudo, que o PDDE, criado pelo governo federal em 1995 como política de financiamento da escola pública, constitui-se em mais uma das estratégias de redefinição do papel do estado, por meio da descentralização de recursos. Sendo a sua execução e acompanhamento mediante o colegiado escolar.

Ficou evidente que o princípio da gestão democrática prevê, em destaque, a participação da comunidade escolar e local nos momentos de decisão da escola pública. E os órgãos colegiados, como as UExe o conselho escolar, são instrumentos importantes neste processo de conquista da autonomia escolar.

Sendo assim, percebeu-se que o Programa Formação pela Escola, possibilita aos cursistas/gestores uma visão ampla e sistemática de como deve ser a execução dos recursos e dos programas integrantes do PDDE, entretanto a mudança na prática e no cotidiano escolar ainda é lenta. Porém é salutar afirmar que o Formação pela Escola possui um papel fundamental para que algum dia a democratização da gestão e a transparência na administração pública venha de fato ocorrer.

REFERÊNCIAS

BASTOS, J. B. (org.) **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP& A: SEPE, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares** – caderno 5. Brasília: MEC, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E (Org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.